



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU N.º 42, DE 2013 (Do Sr. Arnaldo Jordy)

Solicita informações ao Tribunal de Contas da União, sobre a fiscalização das obras para a Copa do Mundo que possuem regime especial de contratação.

DESPACHO:
SUBMETA-SE À MESA DIRETORA. PUBLIQUE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base na Constituição Federal na forma do artigo 71, inciso 7º que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Presidente do TCU sobre a fiscalização das obras para a Copa do Mundo que possuem regime especial de contratação e que foram consideradas com irregularidades e a natureza de cada uma.

JUSTIFICATIVA

Dezenas de obras necessárias para a realização da Copa do Mundo em 2014 no Brasil estão sendo contratadas por um regime especial que permitem aos Estados e Municípios a exclusão de seu financiamento dos limites dos endividamentos de estados e municípios.

Causa preocupação para o país que tantas e custosas obras estejam partindo da premissa de que para a Copa do Mundo a toda uma legislação esteja sendo colocada à parte com a justificativa de agilizar a contratação dos empreendimentos.

Obras inclusive que tiveram problemas de projetos e execução e que extrapolam as datas de início da Copa estão na iminência de serem autorizadas suas contratações, de acordo a proposta aprovada no plenário do Senado e que já seguiu para sanção da presidência da República.

O caráter de urgências das obras não pode e nem deve suplantar a necessidade de manter o caráter de responsabilidade fiscal nem da ética pública, daí a importância da fiscalização de órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União.

Estas senhor presidente, são as razões que nos movem a encaminhar o presente Requerimento de Informações ao Tribunal de Contas da União, para que sejam enviadas a esta Casa as informações acerca das ações de fiscalização que estejam sendo realizadas nas obras que estão sendo contratadas sob alegação do citado regime especial.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 2013.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA

FIM DO DOCUMENTO
